



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Homologo

__ - __ - __

PROTOCOLO DE APOIO PONTUAL ÀS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES E SEUS DESCENDENTES

Considerando o Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2013 (PAAI 2013), proposto pela Alta-Comissária e aprovado no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração em 2012, que estrutura o apoio financeiro para o ano de 2013, em quatro linhas prioritárias de intervenção: 1) Eixo de Apoio à Integração Plena e Igualdade de Oportunidades; 2) Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade; 3) Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito; e 4) Eixo de Apoio à Capacitação Associativa (Apoio Estrutural);

Considerando o disposto no artigo 7º, da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e atento o artigo 9º, do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio,

OS OUTORGANTES

PRIMEIRO: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P., pessoa coletiva n.º 508198534, com sede na Rua Álvaro Coutinho, n.º 14-16, 1150-025 Lisboa, representado neste ato por Maria do Rosário Farmhouse Simões Alberto, na qualidade de Alta-Comissária, nomeada por Despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares n.º 11222/2011, de 24 de agosto, publicado na 2ª série do Diário da República n.º 171, de 6 de setembro, doravante "ACIDI, I.P." ou "Primeiro Outorgante",

e

SEGUNDO: (Nome da Associação), pessoa coletiva n.º _____, com sede na (Nome da Rua), (Nº), (Código Postal), neste ato representada por (Nome do Representante/s de acordo com estatutos), na qualidade de (cargo) da referida associação, titular do(a) (Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão/ Autorização de residência) n.º _____, emitido em _____ pelo (Arquivo de Identificação de/ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de) _____, com validade até _____, contribuinte fiscal n.º _____ doravante "Segundo Outorgante"

Entre os Outorgantes foi acordado celebrar livremente e de boa fé o presente Protocolo de Cooperação, que se rege nos termos e pelas condições constantes das cláusulas seguintes:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

1ª

(Montante do apoio concedido)

O ACIDI, I.P. apoiará financeiramente o Segundo Outorgante, no âmbito do pedido de apoio pontual apresentado na candidatura com o n.º ____/2013, no montante global de (valor numérico) (valor por extenso), para apoio à atividade/despesas constantes da cláusula sexta do presente Protocolo.

2ª

(Pagamento do apoio concedido)

O pagamento do apoio financeiro concedido ocorrerá, de acordo com o calendário estatuído no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, em duas tranches:

- a) 60% com a celebração do protocolo;
- b) 40% no prazo de 10 dias úteis após a apresentação da ata de aprovação em Assembleia Geral do relatório de atividades e contas até àquela data e do relatório circunstanciado da atividade desenvolvida e da aplicação das verbas concedidas, nos termos do número 17 da cláusula quarta.

3ª

(Financiamento)

O apoio financeiro a conceder nos termos do presente Protocolo será assegurado pelo Primeiro Outorgante, sem prejuízo de este beneficiar de cofinanciamento do Fundo Social Europeu (FSE), através de apresentação de candidatura ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) à Tipologia de Intervenção 6.8. e suas congéneres.

4ª

(Deveres do Segundo Outorgante)

Os deveres do Segundo Outorgante são os constantes do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, e nomeadamente os seguintes:

1. Aceitar a avaliação e o acompanhamento das atividades apoiadas;
2. Reportar mensalmente ao ACIDI, I.P., através da plataforma eletrónica, informações sobre a execução física e financeira relativamente às atividades que vierem a ser apoiadas, até ao dia 15 de cada mês;
3. Comunicar previamente e por escrito, ao Primeiro Outorgante, qualquer alteração ao projeto nos termos do presente Protocolo;
4. Articular, sempre que possível, as suas atividades com as atividades que o ACIDI, I.P. promova no mesmo âmbito;
5. Provar a regularidade da sua situação, perante a Segurança Social e a Fazenda Pública;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

6. Garantir a afetação do apoio financeiro concedido nos termos do presente Protocolo às atividades apoiadas;
7. Garantir que a parte das despesas financiadas pelo presente protocolo não é imputada a quaisquer outros financiamentos sejam eles públicos ou privados, nacionais, comunitários e internacionais;
8. Garantir que o financiamento do ACIDI, I.P., no âmbito do presente protocolo, não é considerado como contribuição própria da Associação, em qualquer outro projeto financiado por outras entidades ou programas nacionais, comunitários ou internacionais;
9. Dispor de conta bancária para efetivação de todos os movimentos financeiros relativos ao apoio concedido nos termos do presente Protocolo;
10. Dispor de contabilidade organizada ou, em caso de inexistência, de contabilidade de caixa;
11. Manter os documentos originais comprovativos das despesas abrangidas e dos pagamentos efetuados no âmbito do presente protocolo, durante o período de realização do projeto e até 31 de dezembro de 2020, nas suas instalações;
12. Garantir que todos os documentos referidos no número anterior são devidamente carimbados, através de carimbo específico a fornecer pelo Primeiro Outorgante;
13. Prestar todas as informações e enviar, no âmbito do protocolado, todos os elementos que lhe sejam solicitados, sem prejuízo da confidencialidade exigível, designadamente e sem limites, cópias de todos os comprovativos de despesas e dos pagamentos efetuados, feitas a partir do original devidamente carimbado;
14. Garantir a existência de um dossier técnico, durante o período de realização do projeto e até 31 de dezembro de 2020, com os seguintes elementos:
 - a) Protocolo do apoio devidamente assinado;
 - b) Evidências físicas da realização das atividades, nomeadamente fotografias, relatórios, brochuras, cartazes, folhetos, livros, folhas de presença;
 - c) Documentos originais, comprovativos das despesas abrangidas e dos pagamentos efetuados, previstos no número 11, devidamente carimbados, ou respetivas cópias (feitas a partir do original devidamente carimbado);
 - d) Relatórios efetuados no âmbito da avaliação e acompanhamento;
 - e) Relatório circunstanciado da atividade desenvolvida e da aplicação das verbas concedidas;
 - f) Outros documentos que possam relevar no âmbito das relações estabelecidas pelo presente Protocolo.
15. Garantir que os destinatários do projeto, objeto do presente protocolo, são informados de que o FSE intervém no seu financiamento, e publicitar que o projeto é co-financiado pelo POPH – Programa Operacional Potencial Humano, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), e pelo Estado português por via do ACIDI, I.P., nomeadamente fazer menção do facto no respetivo sítio (se existente) e/ou indicando para além desse apoio, o



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

nome e símbolo das entidades financiadoras no material informativo produzido e em eventos públicos que sejam realizados no âmbito destes apoios, sob pena de inelegibilidade da despesa correspondente;

16. Designar uma pessoa responsável pela coordenação do projeto, objeto do presente Protocolo;
17. Apresentar através da plataforma eletrónica, num *menu* criado especificamente para o efeito, até 30 dias após a conclusão do projeto o relatório circunstanciado da atividade desenvolvida e da aplicação das verbas concedidas;
18. Enviar ao ACIDI, I.P., de acordo com a data prevista no número anterior, a ata de aprovação em Assembleia Geral do relatório de atividades e contas até aquela data e os elementos previstos nas alíneas b) e f) do número 14 e os elementos que vierem a ser solicitados de acordo com disposto no número 13 da presente cláusula.

5ª

(Avaliação e acompanhamento)

1. Compete ao ACIDI, I.P., através do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), a avaliação e o acompanhamento da aplicação das verbas concedidas, através de:
 - a) Monitorização da informação inserida na plataforma eletrónica, pela Associação, relativamente à execução física e financeira;
 - b) Solicitação, por amostragem, de cópias de documentos de despesa e pagamento e/ou de outros elementos adicionais que suportem as despesas declaradas pela Associação;
 - c) Realização de reuniões e de visitas de acompanhamento à Associação;
2. O Segundo Outorgante desde já declara que aceita a avaliação e o acompanhamento, pelo Primeiro Outorgante, das atividades por este apoiadas;
3. O Segundo Outorgante deve elaborar um relatório de autoavaliação intercalar, através da plataforma eletrónica, num *menu* criado especificamente para o efeito, em data a indicar pelo Primeiro Outorgante;
4. O Segundo Outorgante desde já declara que aceita a utilização da plataforma eletrónica a disponibilizar pelo Primeiro Outorgante, para efeito de acompanhamento das atividades financiadas pelo presente protocolo;
5. O Segundo Outorgante desde já declara ter conhecimento de que, não obstante a visita de acompanhamento efetuada pelo GATAI, poderão ocorrer verificações no local realizadas pelo POPH ou por entidades mandatadas para o efeito, bem como auditorias feitas pelo POPH, pelo Instituto de Gestão do FSE, pela Inspeção Geral das Finanças, pela Comissão Europeia, ou por entidades mandatadas para o efeito.

6ª

(Atividades apoiadas)

1. O Segundo Outorgante, no âmbito do presente Protocolo, propõe-se realizar a seguinte atividade:



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

Eixo 1 – Eixo de Apoio à Integração Plena e Igualdade de Oportunidades

- “ (Nome da Atividade)”: (descrição);
- “ (Nome da Atividade)”: (descrição).

Eixo 2 – Eixo de Apoio à Valorização da Diversidade e da Interculturalidade

- “ (Nome da Atividade)”: (descrição);
- “ (Nome da Atividade)”: (descrição).

Eixo 3 – Eixo de Apoio a Práticas de Reconhecido Mérito

- “ (Nome da Atividade)”: (descrição);
- “ (Nome da Atividade)”: (descrição).

Eixo 4 – Eixo de Apoio à Capacitação Associativa (Apoio Estrutural)

- (Nome da Despesa)
- (Nome da Despesa)

2. A fim de obter o apoio financeiro, no respeito pelos critérios definidos no artigo 8º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, o Segundo Outorgante compromete-se a afetar os valores a financiar nos termos do quadro infra mencionado (Quadro 1) e da Informação Complementar que se junta a este protocolo como Anexo I, que traduz os valores dos encargos financeiros indicados pelo Segundo Outorgante com vista a executar a atividade apoiada.

QUADRO 1

Eixos	Rec. Humanos	Equipamento	Aquisição de Bens e serviços	Espaço	Gastos Gerais de Funcionamento	Total
Eixo 1						
Eixo 2						
Eixo 3						
Eixo 4						
SUB-TOTAL						



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

7ª
(Responsabilidade)

1- O Segundo Outorgante declara estar ciente de que o presente apoio financeiro terá de ser aplicado e afeto à atividade apoiada.

2- Caso se verifiquem irregularidades na aplicação das verbas concedidas, nomeadamente a sua utilização para fins diversos dos indicados, o Segundo Outorgante fica impedido de concorrer a qualquer espécie de apoio por um prazo de dois anos, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal a que haja lugar, conforme o disposto no n.º 3 do art.º 16º do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio.

8ª
(Dúvidas e omissões)

O presente protocolo interpreta-se de acordo com o disposto na Lei n.º 115/99, de 3 de agosto e no Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, diplomas aplicáveis em tudo o que nele seja omissos.

O presente Protocolo foi feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos representantes dos Outorgantes, destinando-se um exemplar a cada um deles, valendo ambos como originais.

Lisboa, ____ de _____ de 2013

Pelo Primeiro Outorgante

Pelo Segundo Outorgante
